



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Comissão Permanente de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2021
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2021

DECISÃO

I. Do Recurso

Trata-se de recurso interposto por ECM – FUNDAÇÕES E CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP, ora recorrente, em relação ao resultado do julgamento de habilitação do Processo Licitatório nº 030/2021, Concorrência Pública nº 003/2021, por meio do qual foi declarada a Inabilitação das licitantes SAEX CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - EPP e ECM – FUNDAÇÕES E CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP, conforme registrado em ata de sessão pública lavrada no dia 17/09/2021.

O inconformismo da recorrente refere-se à decisão de sua inabilitação, declarada em virtude do descumprimento dos requisitos de habilitação previstos no Edital, mais precisamente no item 7.3.4 do Edital (Regularidade Fiscal e Trabalhista) e no item 7.6.1 (Qualificação Econômico-Financeira).

Alega ter apresentado toda a documentação necessária à Habilitação no certame, sendo equivocada a decisão da CPL no sentido da inabilitação.

No que se refere ao descumprimento do item 7.3.4 do Edital, a licitante argumenta que não obstante ter apresentado Certidão de Débitos Tributários Federal em nome de pessoa jurídica diversa, "(...) *fica demonstrado claramente que a empresa recorrente pode sim substituir tal documento fiscal em desacordo com o edital na assinatura do contrato caso sagre vencedora pois esta se faz beneficiada com a LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DEZEMBRO DE 2006*".

Noutro passo, em relação ao descumprimento do item 7.6.1 do Edital, a recorrente alega que não obstante não ter apresentado o balanço patrimonial do último exercício social, apenas balanço parcial relativo ao exercício corrente, "(...) *este também pode sim ser substituído na assinatura do contrato pois faz parte de documentos fiscais*".

Diante disso, requereu o provimento do recurso, a fim de que seja reformada a decisão recorrida e declarada a Habilitação da empresa ECM – FUNDAÇÕES E CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP, haja vista o atendimento integral aos requisitos de habilitação constantes do Edital.

Em síntese, é o relatório.

II. Da admissibilidade

Antes de adentrar na análise do mérito do recurso, deve-se proceder ao exame da admissibilidade do apelo, de modo que, acaso não atendidos aos pressupostos recursais (juízo negativo de admissibilidade), restará prejudicado o conhecimento do recurso.

Neste sentido, leciona Marçal Justen Filho, na obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12º Ed, São Paulo: Dialética, 2008:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Comissão Permanente de Licitação

“O cabimento do recurso administrativo sujeita-se à presença de determinados pressupostos. Sem esses pressupostos, nem se chega a apreciar o mérito da questão.

A existência de pressupostos recursais retrata a vedação legal ao exercício meramente arbitrário da faculdade de impugnar atos administrativos. Trata-se de evitar desperdício de tempo e de energia na apreciação da insatisfação do particular. Os pressupostos recursais são requisitos que todo recurso deve apresentar sob pena de não ser conhecido – vale dizer, não ser efetivada a revisão do ato administrativo impugnado”.

Ainda de acordo com o escólio do doutrinador, os pressupostos recursais classificam-se em subjetivos (legitimidade e interesse recursal) e objetivos (existência de ato administrativo de cujo decurso, a tempestividade, a **forma**, a fundamentação e o pedido de nova decisão).

Examinando a minuta recursal, verifica-se a ausência de pressupostos recursais, implicando na inadmissibilidade do apelo:

Prescreve o instrumento convocatório acerca das formas e condições de interposição de recursos:

“XVIII - DOS RECURSOS

18.1 - Será facultado à licitante, nos termos do art. 109 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores:

18.1.1 - Interposição de recurso, nos seguintes casos:

- a) da habilitação ou inabilitação da licitante, dirigido ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação;*
- b) da classificação ou desclassificação das propostas, dirigido ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação;*
- c) anulação ou revogação desta Concorrência, dirigido ao Chefe do Executivo Municipal;*
- d) aplicação das penalidades de advertência ou multa, dirigido ao Chefe do Executivo Municipal.*

(...)

18.2 - Os recursos administrativos deverão ser apresentados no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, devidamente fundamentados e assinados por representante legal da Recorrente, dirigidos à Comissão Permanente de Licitação, obedecendo-se os termos do art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93.

(...)

18.4 - Quaisquer recursos referentes a esta licitação deverão ser interpostos no prazo legal, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação, devendo ser protocolizados no Setor de licitação desta Prefeitura para:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Comissão Permanente de Licitação

Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete/MG CNPJ Nº 19.718.360/0001-51

A/C : Comissão Permanente de Licitação

Av. Prefeito Dr. Mário Rodrigues Pereira, 10, Centro, Conselheiro Lafaiete, MG, CEP 36.400-026

18.5 - Será admitida a **interposição** mediante protocolo presencial ou via postal, sendo que os recursos cabíveis deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

18.5.1 - Ser apresentado em uma via original, datilografada ou processada por computador, contendo razão social, CNPJ, endereço e, preferencialmente, endereço eletrônico, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, devidamente comprovado.

18.5.2 - **No caso de protocolo presencial:** ser entregue no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, sito à Av. Pref. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG, CEP 36.400-026, no horário de 12h às 16h, onde será efetuado o protocolo de recebimento.

18.5.3 - **No caso de protocolo via postal:** ser encaminhado ao Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, sito à Av. Pref. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG, CEP 36.400-026, aos cuidados do Pregoeiro Oficial, em envelope lacrado contendo, em sua parte externa, a identificação completa do remetente, e, no seu interior, o documento nos moldes descritos no item 18.5.1.

18.6 - O resultado do recurso será divulgado através de comunicado a todos os licitantes via **correio eletrônico** e pelo **site oficial** do município, e, caso a legislação assim determine em determinados casos, também através da publicação na Imprensa Oficial e em jornais de grande circulação.

18.7 - A Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete não admitirá a interposição de recursos por meios não previstos neste Edital, tampouco se responsabilizará, no caso de protocolo via postal, por recursos endereçados e/ou entregues em locais diversos do Setor de Licitação, deixando de conhecer aqueles que não sejam recebidos no prazo legal.

(...)” (grifo nosso)

O recurso em apreço foi protocolizado na data de 24/09/2021, 17:33h, via e-mail, ou seja, meio de interposição **não admitido** no instrumento convocatório.

Em análise, observa-se que a recorrente não apresentou justificativa/comprovação de impossibilidade de cumprimento das normas editalícias referentes à interposição de recurso, capaz de embasar a admissão excepcional do petítório.

A Lei nº 8.666/93 consagra em seu art. 41 o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com o qual a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Comissão Permanente de Licitação

Cediço que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, sendo a sua observância exaltada de forma iterativa nos julgados das cortes de contas pátrias, especialmente o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, donde se extrai o seguinte aresto:

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GRUPOS CULTURAIS E ESPORTIVOS. IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ARQUIVAMENTO. O administrador deve observar os princípios da legalidade, igualdade e vinculação ao instrumento convocatório, previstos no art. 3º da Lei n. 8.666/1993. (DENÚNCIA n. 1058478. Rel. CONS. SEBASTIÃO HELVECIO. Sessão do dia 11/06/2019. Disponibilizada no DOC do dia 11/07/2019) (destacamos)

Sem divergir de tal posicionamento, assim já se pronunciou o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

LICITAÇÃO - EDITAL - VINCULAÇÃO. O edital, como instrumento convocatório, não pode ser descumprido, pois às suas normas e condições, encontra-se estritamente vinculada a Administração e bem assim os interessados em participar da licitação. Pelos princípios que regulam a licitação, ainda que pareça excessiva e rigorosa a exigência do edital, desprezará-la em prol de um ou alguns dos concorrentes em detrimento dos demais que a cumpriram, atenta, ao mesmo tempo, contra dois de seus pilares básicos: o da igualdade entre os concorrentes, que determina seja dispensado tratamento isonômico aos concorrentes e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, lei específica de regência. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.00.297850-0/000, Relator(a): Des.(a) Geraldo Augusto, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 11/03/2003, publicação da súmula em 21/03/2003) (destacamos)

Destarte, ausentes os pressupostos de admissibilidade, não deve ser conhecido o recurso.

III. Considerações complementares pertinentes

Não obstante os vícios que comprometem o conhecimento do recurso e, por conseguinte, a apreciação exaustiva do mérito, oportuno consignar que o art. 109, §4º, da Lei nº 8.666/93 preconiza que em caso de não reconsideração da decisão, os recursos deverão subir à autoridade superior, devidamente informados.

Destarte, diante da argumentação deduzida em sede recursal, mister registrar as seguintes informações:

III.1. Do não atendimento ao requisito de habilitação previsto no item 7.3.4 c/c item 6.9 do Edital



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Comissão Permanente de Licitação

Prescreve o instrumento convocatório, em conformidade com o art. 29, inciso III, da Lei nº 8.666/93, a necessidade de apresentação de prova de regularidade fiscal da licitante perante a Fazenda Pública Federal:

"VII – ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 - O envelope nº. 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverá conter a documentação relativa à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, ao cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República e ao cumprimento da cota de menor aprendiz.

(...)

7.3 – Os documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista são:

(...)

7.3.1. Certidão negativa de débitos perante a Fazenda Federal e prova de Regularidade do INSS (Certidão Conjunta emitida pela Receita Federal – PGFN)." (destacamos)

Ademais, conforme disposto expressamente no Edital, cediço que todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo. Confira-se:

"6.5 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

6.5.1 - Em nome da licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo." (destacamos)

Reexaminando a documentação de habilitação (Envelope nº 01) apresentado pela Recorrente/ ECM – FUNDAÇÕES E CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 26.169.682/0001-54, apresentou "Certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União" (fl. 352), emitida em nome de Viabrás Engenharia Eireli, CNPJ nº 00.638.595/0001-05.

Com a devida vênia, não obstante a recorrente fazer jus aos benefícios da LC nº 123/2006, haja vista ter comprovado nos autos seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte – EPP, nos termos do item 4.9 e 7.3.8 do Edital, carece de fundamentação jurídica a tese recursal.

De acordo com o art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, "Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato".

Entretanto, ao contrário do que é defendido pela Recorrente, aludido diploma legal não exime as ME's/EPP's, ao participarem de processos licitatórios, de apresentar a íntegra da documentação de habilitação prevista no instrumento convocatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Comissão Permanente de Licitação

Diferentemente do que alega a Recorrente, o requisito habilitatório previsto no item 7.6.1 do Edital não se enquadra como de regularidade fiscal e trabalhista, mas como exigência de qualificação econômico-financeira. Contudo, ainda que o contrário fosse, descabe cogitar que a LC nº 123/2006 dispense a apresentação do documento na forma prevista no Edital, ou que autorizasse a sua apresentação/substituição somente para fins de assinatura de contrato, conforme fundamentado no tópico anterior.

Reexaminando a documentação de habilitação (Envelope nº 01) apresentado pela Recorrente/ ECM – FUNDAÇÕES E CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP, observa-se que a documentação contábil colacionada pela licitante (fls. 386/414), refere-se ao período de escrituração compreendido entre 01/01/2021 e 15/04/2021, em flagrante descumprimento às exigências editalícias.

A Lei nº 8.666/93 consagra em seu art. 41 o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com o qual a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Cediço que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, sendo a sua observância exaltada de forma iterativa nos julgados das cortes de contas pátrias, especialmente o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, donde se extrai o seguinte aresto:

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GRUPOS CULTURAIS E ESPORTIVOS. IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ARQUIVAMENTO. O administrador deve observar os princípios da legalidade, igualdade e vinculação ao instrumento convocatório, previstos no art. 3º da Lei n. 8.666/1993. (DENÚNCIA n. 1058478. Rel. CONS. SEBASTIÃO HELVECIO. Sessão do dia 11/06/2019. Disponibilizada no DOC do dia 11/07/2019) (destacamos)

Sem divergir de tal posicionamento, assim já se pronunciou o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

LICITAÇÃO - EDITAL - VINCULAÇÃO. O edital, como instrumento convocatório, não pode ser descumprido, pois às suas normas e condições, encontra-se estritamente vinculada a Administração e bem assim os interessados em participar da licitação. Pelos princípios que regulam a licitação, ainda que pareça excessiva e rigorosa a exigência do edital, desprezará-la em prol de um ou alguns dos concorrentes em detrimento dos demais que a cumpriram, atenta, ao mesmo tempo, contra dois de seus pilares básicos: o da igualdade entre os concorrentes, que determina seja dispensado tratamento isonômico aos concorrentes e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, lei específica de regência. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.00.297850-0/000, Relator(a): Des.(a) Geraldo Augusto, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 11/03/2003, publicação da súmula em 21/03/2003) (destacamos)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Comissão Permanente de Licitação

Encontrando-se a Administração vinculada às normas, condições e exigências do Edital, e por não padecer de qualquer ilicitude a exigência editalícia, não há que se falar em ilegalidade ou ofensa aos princípios norteadores da licitação no tocante à decisão que inabilitou a recorrente.

Ante o exposto, à mingua de fundamento apto a ensejar a reforma da decisão, deve ser mantida a Inabilitação da Recorrente.

IV. Considerações finais

Dispõe a Lei nº 8.666/93, em seu art. 48, §3º, *in verbis*:

“Art. 48. (...)

§ 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis.”

A aplicação do prazo a que alude o art. 48, §3º, da Lei nº 8.666/93, pressupõe a preclusão do resultado do julgamento da fase de habilitação, e somente poderá ser objeto de deliberação oportunamente, após a decisão do recurso pela Autoridade Superior, nos termos do art. 109, §4º, da Lei nº 8.666/93.

Destarte, inoportuna e intempestiva a manifestação da CPL acerca do tema específico, notadamente por se tratar de ato que extrapola a competência estabelecida no art. 6º, inciso XVI, da Lei nº 8.666/93, cuja função é de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes, e não exercer juízo discricionário acerca da fixação de prazo que, eventualmente e nos termos da lei, “poderá” ser estabelecido pela Administração, por meio do órgão solicitante do certame.


V. Conclusão

Diante de todo o exposto, a Comissão Permanente de Licitação resolve:

- a) Verificada a ausência dos pressupostos de admissibilidade, não **conhecer** do recurso interposto por ECM – FUNDAÇÕES E CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP, mantendo-se a decisão recorrida, inclusive em virtude das considerações complementares acima apresentadas;
- b) Em obediência ao disposto no art. 109, §4º, da Lei nº 8.666/93, encaminhar os autos à autoridade superior para sua análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta.

Conselheiro Lafaiete/MG, 07 de outubro de 2021.


Alisson Dias Laureano
Presidente da CPL


Douglas Rodrigues Henriques
Membro CPL



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Comissão Permanente de Licitação


Ana Flávia de Oliveira Pereira
Membro CPL


Jussara Beatriz da Cunha
Membro CPL


João Victor do Carmo Assis Ferreira
Membro CPL (Suplente)